

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
Nº , DE 2019**

(Da Sra. Deputada **PROFESSORA ROSA NEIDE**)

Requer a realização de audiência pública para discutir o fomento aos denominados colégios cívico-militares pelo Ministério da Educação.

Sr. Presidente,

Nos termos regimentais, art. 24, art. 32 e Art. 255, requeiro a Vossa Excelência a **realização de Audiência Pública** com o tema:

“Militarização de escolas e os desafios da gestão democrática e da educação de qualidade para todos”.

Com a presença dos seguintes convidados:

Representante do Ministério da Educação (MEC)
Representante do Conselho Nacional de Educação (CNE)
Representante Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED)
Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)
Representação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/PGR)
Representante da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES)
Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

JUSTIFICAÇÃO

O Ministério da Educação criou uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares na pasta para tratar da transformação de escolas em colégios cívico-militares. Estabelece, como prioridade, o fomento à escolas, por ele denominadas, de alto nível, organizadas nos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos colégios militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares.

Nossa compreensão é que a organização e o planejamento do MEC deveriam se orientar para atender as enormes demandas de um país continental como o nosso e toda a sua diversidade de instituições educativas. País que, ademais, dispõe de importantes referências de qualidade, como colégios de aplicação vinculados às Universidades, Institutos Federais e incontáveis escolas públicas de referência, estaduais e municipais, para além das experiências militares. Entre os fatores que resultam em boa qualidade estão: a estrutura adequada, carreiras docentes organizadas, maiores investimentos públicos, profissionais comprometidos, respeitados e valorizados e gestão democrática, entre outras dimensões.

É para uma realidade, diversa e complexa, mais ampla e desigual, que deve haver sinalizações de parceria, cooperação e destinação de recursos por parte do MEC para as escolas brasileiras que, sem investimentos, não melhorarão e não darão contribuição ao seu entorno, em nenhuma dimensão.

As aspirações da população por um ensino de qualidade, com disciplina e boa estrutura inclusive, e garantia de segurança, precisam ser devidamente encaminhadas

sem que o conjunto das escolas brasileiras sejam secundarizadas pelo órgão de coordenação nacional da política de educação. O direito universal à educação de qualidade, gratuita e para todos, é um princípio inegociável.

Para compreender melhor os pressupostos e metas do MEC sobre o tema é que sugerimos a realização da presente audiência pública.

Sala da Comissão, de fevereiro de 2019

Deputada PROFESSORA ROSA NEIDE
(PT-MT)